

PROVA DISSERTATIVA – PADRÃO DE RESPOSTA

INSTRUÇÕES

A **prova dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada.

A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público.

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da **prova dissertativa**. O rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

Deverá ser redigido um texto de, **no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas, excluído o título, se houver.**

Considere a seguinte situação hipotética:

Mévio Lúcio, Prefeito do Município de Cordeirópolis, depois de observados os requisitos legais, resolveu alienar algumas obras de arte de valor histórico pertencentes ao Poder Executivo, por meio de leilão, optando por contratar, para tanto, um leiloeiro oficial. Com base no fato narrado, elabore um texto dissertativo-argumentativo, de 20 a 30 linhas, descrevendo os procedimentos necessários para tal ato, previstos na Lei nº 14.133/21, citando, no mínimo, três requisitos contidos no edital de divulgação, e indicando a forma legal para contratação do leiloeiro.

1 ponto no quesito tema: candidato afirmou ser prática ilícita, não justificável em razão de religião, de livre nomeação ou qualquer outro motivo razoável.

3 pontos: candidato afirmou ser prática ilícita, não justificável em razão de religião, de livre nomeação ou qualquer outro motivo razoável. Candidato discorreu no sentido de se tratar de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

5 pontos: candidato afirmou ser prática ilícita, não justificável em razão de religião, de livre nomeação ou qualquer outro motivo razoável. Candidato discorreu no sentido de se tratar de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito. Candidato alegou se tratar também de crime contra a Administração, em especial concussão, por se tratar de exigência imposta pelo Vereador para ocupação do cargo de assessor.